

# Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos

Significados, sentidos y función psicológica del trabajo:  
Discusión de esta tríada conceptual y sus desafíos metodológicos  
Meaning, meaningfulness and psychological function of work:  
Discussing this conceptual triad and its methodological challenges

Pedro F. Bendassolli

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Sonia Maria Guedes Gondim\*

*Universidade Federal da Bahia*

Doi: [dx.doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09](https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09)

## Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para uma rediscussão da relação entre significados e sentidos do trabalho. Argumenta-se que estudos voltados para esta temática ora se detêm na questão do significado como produção coletiva, ora no sentido como produção individual. As duas posições apresentam limites por não considerarem as vias de mediação entre sentido e significado. No esforço de contribuir para a discussão desses limites, propõe-se o reposicionamento das interações entre sentido e significado. Para isso, situam-se os estudos sobre sentido na tradição filosófica, sociológica e psicológica, destacando-se em particular as contribuições da fenomenologia e da sociologia compreensiva, e mais recentemente, das teorias da atividade. O conceito de função psicológica do trabalho das teorias da atividade é proposto como alternativa para se repensar as articulações entre sentido e significado do trabalho, compondo

uma tríade. Finaliza-se o artigo discorrendo-se sobre alguns desafios metodológicos a serem superados na investigação dessa tríade.

*Palavras-chave:* sentido, significado, função psicológica do trabalho, psicologia do trabalho, metodologia

## Resumen

El objetivo de este artículo es contribuir para una rediscusión de la relación entre significados y sentidos del trabajo. Se argumenta que estudios enfocados en esta temática algunas veces se detienen en la cuestión del significado como producción colectiva, y otras veces en el sentido como producción individual. Las dos posiciones presentan límites por no considerar las vías de medición entre sentido y significado. En el esfuerzo de contribuir a la discusión de esos límites, se propone el reposicionamiento de las interacciones entre sentido y significado. Para eso, se sitúan los estudios sobre

\* Pedro F. Bendassolli, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sonia Maria Guedes Gondim, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

A correspondência relacionada com este artigo deve ser direcionada a Pedro F. Bendassolli, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Av. Senador Salgado Filho, s/n - Campus Universitário, Lagoa Nova 59078-970 - Natal, RN - Brasil. Correio eletrônico: [pbendassolli@gmail.com](mailto:pbendassolli@gmail.com).

Para citar este artículo: Bendassolli, P., & Gondim, S. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, vol. 32(1), pp. 131-147. doi: [dx.doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09](https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09)

sentido en la tradición filosófica, sociológica y psicológica, destacando en particular las contribuciones de la fenomenología e de la sociología comprensiva, y más recientemente, de las teorías de la actividad. El concepto de función psicológica del trabajo de las teorías de la actividad es propuesto como alternativa para repensar las articulaciones entre sentido y significado del trabajo, componiendo una tríada. El artículo finaliza disertando sobre algunos desafíos metodológicos a ser superados en la investigación de esa tríada.

*Palabras clave:* sentido, significado, función psicológica del trabajo, psicología del trabajo, metodología

## Abstract

This article proposes a reconsideration of the current discussion concerning the relationship between meaning and meaningfulness in work. Studies in the scientific literature focus either on meaning in work as a collective production or on meaningfulness in work as an individual production. Neither perspective considers other forms of mediation between meaning and meaningfulness. This article proposes moving past this limitation by repositioning the interactions between meaning and meaningfulness in work, situating studies about meaning in the philosophical, sociological, and psychological traditions and specifically recasting the contributions of phenomenology and comprehensive sociology. It also discusses the concept of the psychological function of work as currently analyzed within the theories of activity. The psychological function of work is proposed as an alternative framework for thinking about the interactions between meaning and meaningfulness in work, with the psychological function of work, the meaning in work, and the meaningfulness in work compounding a triad. The paper ends with an analysis of some methodological challenges that researchers will need to address in order to investigate this triad.

*Keywords:* meaning, meaningfulness, psychological function of work, work psychology, methodology

Estudos empíricos sobre significado do trabalho na sociedade e na vida pessoal têm uma tradição antiga nas ciências sociais e na psicologia. A partir dos anos de 1980, esse campo de estudos ganha um corpo teórico mais consistente e amplia o seu

escopo com a realização de uma pesquisa sobre significado do trabalho em oito países. De fato, desde a publicação do projeto *Meaning of Work Research* (MOW) (1987), diversos outros pesquisadores ao redor do mundo têm se dedicado a investigar o significado do trabalho para trabalhadores de distintas ocupações e culturas. No Brasil, em particular, desde o início dos anos de 1990, pesquisadores vêm utilizando o constructo e os instrumentos de medida propostos pelo MOW, conduzindo estudos de adaptação e validação para nossa realidade (Bastos, Pinho & Costa, 1995; Borges, 1997; Soares, 1992).

A abordagem do significado do trabalho adotada pelo grupo de pesquisadores do MOW (1987) contribuiu para a compreensão do significado do trabalho como uma cognição social, ou seja, uma interpretação compartilhada do mundo do trabalho, na qual estão envolvidos aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais. Assim, o significado do trabalho é compreendido em sua processualidade, como um construto dinâmico, elaborado na relação do indivíduo com o contexto, e influenciado por diversos níveis de fenômenos psicossociais (Álvaro, Bergere, Crespo, Torregrosa & Garrido, 1995; Blanch, 2003). Inspirados pelo MOW, pesquisadores propõem a identificação de diversos padrões de significados, estabilizados provisoriamente na cultura, os quais agem como narrativas compartilhadas a respeito do valor, do papel, do propósito, e da finalidade do trabalho na vida humana.

Na atualidade, o subdomínio de pesquisas sobre sentidos e significados do trabalho tem sido repensado. Em um estudo de revisão, Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010) propõem a sistematização dessa literatura conforme duas orientações: a do significado (*meaning*), tal como ilustrada pelo MOW (1987); e, mais recente, a do sentido, mais exatamente, *meaningfulness*, no original inglês. Segundo esses autores, a corrente do sentido interessa-se por um olhar sobre os mecanismos psicológicos envolvidos na identificação ou produção de sentidos no trabalho, em que aspectos afetivos e singulares se encontram mais presentes. Rosso, Dekas e Wrzesniewski argumentam que a corrente do significado dá maior ênfase às cognições e interpretações socialmente compartilhadas sobre o

trabalho, enquanto a corrente do sentido investe na compreensão do ato de dar sentido ao trabalho, ou seja, nos mecanismos que dão a este a “qualidade de ser significativo” (literalmente: *meaningfulness*). No Brasil, já há autores que fazem a distinção entre significados e sentidos para embasar suas pesquisas (Aguiar, 2007; Morin, Tonelli & Pliopas, 2007; Tolfo et al., 2005; Tolfo & Piccinini, 2007; Tolfo, Coutinho, Baasch & Gugnier, 2011).

Neste artigo, parte-se dessa distinção entre sentido e significado proposta por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010). Em termos metodológicos, o artigo apresenta-se como um estudo teórico. Como tal, busca defender a tese de que sentido e significado são dois conceitos interdependentes, embora, na prática de muitas pesquisas realizadas nesse subdomínio da psicologia organizacional e do trabalho, nem sempre isso seja explícita e detalhadamente desenvolvido, o que conduz ora a sobrevalorização de um, ora a de outro. Para sustentar a mencionada tese, este estudo desenvolve quatro argumentos.

O primeiro argumento é de que a compreensão do sentido deve ser recolocada em seu contexto de origem, em específico na filosofia e na sociologia. Em particular, argumenta-se que os primórdios da distinção entre sentido como algo individual (órgãos dos sentidos), e significado como produções compartilhadas, coletivas (ações intencionais), podem ser localizado nas tradições empiristas e racionalistas, respectivamente. Portanto, a primeira seção deste artigo volta-se a uma breve recapitulação dessa tradição e explora, com exemplos, sua relação com o tema do trabalho.

O segundo argumento é de que a própria psicologia, em parte devido a determinados compromissos epistemológicos, contribuiu para uma dissociação, especialmente ao nível do método, entre significado e sentido. Contudo, argumenta-se que há importantes exceções, sendo a mais pertinente, para os propósitos deste artigo, a representada por Vigotski (1996, 2001) e, no campo da microsociologia, também por Mead (1934). Vigotski, como será descrito na segunda seção, demonstra a inter-relação entre significado e sentido ao defender a unidade do fenômeno psicológico. Já Mead enfatiza o papel das interações mediadas pela lin-

guagem no processo de atribuição de significados aos objetos, incluindo o trabalho.

O terceiro argumento avança aspectos defendidos nos dois anteriores, e propõe a utilização do conceito de função psicológica como um mediador, um articulador, entre significado e sentido. Portanto, o ponto central deste artigo é defendido a partir da seção três, onde se apresenta o conceito de função psicológica do trabalho, e culmina na seção quatro, quando se desenvolve a tese de que o trabalho permite a integração entre significados e sentidos construídos na relação do sujeito com o mundo, pela mediação de sua atividade. Assim, na seção quatro deste artigo propõe-se uma tríade teórica formada pelo significado, pelo sentido e pela função psicológica do trabalho (entendido como atividade). Essa seção avança os argumentos em nível teórico.

Por último, o quarto argumento deste artigo está relacionado à continuidade da discussão da tríade acima mencionada, só que desta vez no plano metodológico. Argumenta-se que alguns desafios colocados ao pesquisador dessa tríade têm relação com a articulação entre distintos níveis de análise, com os aspectos compartilhados (sociais) e singulares envolvidos na produção de sentidos no trabalho, e com a permanência e a mudança desses significados/sentidos.

Considerando a tese a ser defendida e os argumentos de sustentação do artigo, cumpre enfatizar que seu escopo centra-se na discussão da “ontologia” dos conceitos de significado e sentido, e na sua epistemologia, quer dizer, numa crítica aos modos de acessar o fenômeno em questão. Portanto, apesar de um dos eixos do artigo ser o trabalho propriamente dito, seu propósito não é discutir o sentido e o significado do trabalho em termos de conteúdo, mas sim de seu processo investigativo. O artigo visa a discutir as inter-relações entre significado, sentido e função psicológica, usando, como tema norteador e pano de fundo, o trabalho como atividade. Inscreve-se, em particular, no subdomínio da psicologia organizacional e do trabalho dedicada ao estudo dos sentidos do trabalho, sendo sobretudo para este subdomínio que estão endereçadas suas contribuições. Na última seção do artigo discutem-se alguns limites dessa opção analítica, tendo

em vista as possibilidades de novas discussões em torno da temática.

### Breve demarcação filosófica

Quais aspectos filosóficos influenciaram no modo de a psicologia posicionar a questão do sentido? A resposta a esta questão pode estar em duas grandes tradições filosóficas em teoria do conhecimento: a empirista e a racionalista, ambas com influência sobre a psicologia. Essas duas correntes pretendiam dar respostas a questões sobre a origem e a validade do conhecimento, e o estatuto do real. Para os empiristas (Bacon, Locke, Berkeley, Hume), a experiência é que dá origem ao conhecimento e oferece as bases de sua validade, não havendo outra realidade exceto a acessível por meio das sensações e impressões. Para os racionalistas (Descartes, Malebranche, Espinoza, Leibniz), o ato de pensar é superior à emoção e à vontade, constituindo a origem e a validade do conhecimento; e a realidade é vista de uma perspectiva racional (Ferrater-Mora, 1971).

Uma das principais tentativas de integrar criticamente o empirismo e o racionalismo foi feita por Kant (1724-1804), ao afirmar que o conhecimento começa pela experiência (juízo *a posteriori* ou sintético), mas não se esgota nela (juízo *a priori* ou analítico). A validade do conhecimento estaria, portanto, para além da experiência. Haveria também os juízos sintéticos *a priori*, os quais seriam um tipo de conhecimento sobre a experiência, mas necessariamente verdadeiro – tais como os axiomas da matemática (Kant, 1994/1781).

Teorias que emergiram a partir do século XIX viriam a dar respostas a essa relação entre empirismo e racionalismo, deixando transparecer o desafio de se pensar as relações entre a experiência e a razão na produção do conhecimento e do sentido. Por exemplo, a tradição empirista inglesa (séculos XVII e XVIII) (Bacon, Locke, Berkeley, Hume), os positivistas do século XIX (e.g.: Comte), e os empiristas lógicos do século XX (Carnap) fortaleceram a concepção do sentido como algo associado às sensações e impressões. Baseando-se numa concepção representacional do conhecimento (Rorty, 1979), os empiristas endossam a separação entre

sujeito e objeto, cabendo ao primeiro, por meio de suas apreensões pelos órgãos dos sentidos e pela experiência empírica, representar, na mente, o objeto do conhecimento.

Na formulação dos positivistas ou empiristas lógicos (Schlick, 1979), um enunciado com significado é aquele que permite ser verificado empiricamente por meio das sensações. Apenas enunciados que correspondessem à realidade exterior objetiva poderiam ser ditos significativos, isto é, verdadeiros. A noção de sentido estaria atrelada ao contexto lógico da formulação das proposições e às suas condições de verdade. Na psicologia, como observa Namura (2004), o empirismo esteve na base das psicologias comportamentalistas, em sua tendência a criticar qualquer tentativa de criação de uma teoria da mente para explicar o processo de significação.

Em contrapartida, a tradição racionalista pode ser vista como um contraponto à tradição empirista, e às teorias a elas associadas, como o positivismo, no que diz respeito à compreensão do sentido, e sofreu mudanças significativas a partir de Kant. Elementos do racionalismo e do empirismo foram então incorporados nas novas correntes de pensamento. Algumas dessas correntes, que seguiram os passos de Kant, tiveram o mérito de propor a superação objetivo/subjetivo no entendimento do sentido, bem como de acirrar a crítica às tradições empiristas e positivistas.

Por exemplo, a fenomenologia de Husserl (1990/1907), a hermenêutica de Dilthey (2002/1894) e a fenomenologia existencial de Heidegger (1997/1917) colocam o sentido no nível da consciência, e não apenas no das sensações e impressões. Toda consciência é intencional, dirigida a um objeto (Husserl). A consciência organiza as experiências pessoais (Heidegger). A apercepção tem um papel fundamental nesse processo, pois coloca o sujeito como o objeto da percepção pessoal, o que favorece a autorreflexão. É possível, então, pensar em uma compreensão (sentido) interior (Dilthey, 2002/1894). Para Husserl (1990/1907), o significado atribuído ao mundo é responsabilidade da consciência, e a questão fenomenológica passa a ser a de interrogar como um objeto vem a ter sentido para essa consciência e, ao mesmo tempo, como a própria consciência se constitui em sua relação

com o objeto. Um exemplo desta postura pode, em alguma medida, ser encontrado na obra de Karl Marx (Marx & Engels, 1965/1932), quando estes autores defendem ser por meio do trabalho que o sujeito se constrói como tal, e, no mesmo processo, constrói o mundo social em que vive. Ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza (como sujeito) e se objetiva no produto de seu trabalho; este lhe permite se afirmar em relação aos outros e em relação ao mundo. Assim, o trabalho é uma atividade intimamente ligada à consciência de si e à experiência do mundo, da realidade.

Retomando a discussão sobre a fenomenologia, a consciência, para Husserl (1990/1907), é constituída por atos, tais como percepção, imaginação, volição, paixão. Esses atos possuem objetos a que se dirigem. Isso leva Husserl a propor que a consciência é sempre “consciência de”, possui intencionalidade. O sentido não pertence às coisas, tampouco é uma coisa: ele deve ser decifrado, interpretado; o sentido é um processo, refere-se ao movimento intencional da consciência em sua vinculação com o mundo. Por meio da redução fenomenológica, a consciência volta-se para si mesma, volta-se para o modo como o fenômeno é experienciado (*noesis*), colocando entre parênteses, ou suspendendo, os vários sentidos impregnados aos fenômenos e que aparecem como tais à consciência (*noema*), naquilo que Husserl denomina de postura natural.

Adicionalmente, na postura natural, o sentido não é uma questão a ser colocada, pois o sujeito simplesmente o toma por aquilo que é, e por aquilo que lhe é dado na cultura. Como exemplo, poderíamos dizer que, na postura natural, estamos no campo dos *significados* do trabalho, produzidos ao longo da história e repassados por meio dos processos de socialização. Um questionamento fenomenológico sobre o *sentido* do trabalho, por sua vez, dependeria de uma recuperação singular da experiência do sujeito com o trabalho, isto é, o sentido do trabalho seria desvelado mediante a reflexividade do sujeito, pela qual ele questiona sua própria experiência vivida em relação ao trabalho – parte da qual movida pelos significados herdados. Dependeria também do modo como ele construiu sua consciência graças a essa mesma relação.

Conforme mencionado, a fenomenologia exerceu influência sobre diversos autores das ciências sociais e da psicologia. Talvez ela tenha sido parcialmente responsável pelo “subjativismo” no modo de se entender e pesquisar o significado (do trabalho). No limite, esse subjativismo conduz a formas de solipsismo no tratamento do significado, embora o próprio Husserl (1990/1907) tenha sublinhado a “correlação” entre consciência (intencionalidade) e objeto. Heidegger se distancia de seu mestre e incorpora, na fenomenologia, elementos da existência e do sentido da vida, dando à intencionalidade um caráter psicológico, motivado e subjetivo. Heidegger projeta um sujeito que atua intencionalmente no mundo para dar-lhe sentido.

No contexto das ciências sociais, Schutz (1974) incorpora elementos da abordagem fenomenológica e questiona a ideia de sentido como produção de uma mente individual. Schutz defende que a experiência e a ação do sujeito não resultam de um solipsismo mental, mas da conexão entre diversas mentes, na interação observada nos processos sociais. Com isto, Schutz vê na intersubjetividade a construção do significado.

Além de enfatizar o papel da intersubjetividade, e tendo sido influenciado pela sociologia compreensiva de Weber (2000/1910), Schutz, ao longo de sua obra, contribuiu para a compreensão das dinâmicas sociais a partir da investigação dos significados que as pessoas atribuem às suas ações. Ambos, Weber e Schutz, afirmam que a ação humana precisa ser interpretada, pois o sujeito age com um propósito (motivos para, intencionalidade ou interpretação subjetiva), cujo significado de sua ação pode ser apreendido pelas informações do contexto em que a ação ocorre (motivos por que ou interpretação objetiva).

O sentido da ação é determinado por aquilo a que visa o agente e pela sua referência à conduta dos outros, isto é, compartilhada por outros, dando-lhe significado. Weber e Schutz também enfatizam a ação humana como (inter) subjetivamente significativa, e o significado é compreendido como a autointerpretação (subjetiva) do comportamento dada pelo próprio agente e pelos demais. Entender o significado do trabalho implica, portanto, esforço de compreensão (*verstehen* diltheyana) das ações

significativas dos sujeitos em sua relação com o trabalho – como o próprio Weber fez ao estudar o *ethos* da ética protestante do trabalho. O autor mostra, por exemplo, que a santificação do trabalho como vocação pelos puritanos secularizou-se na ideia moderna de profissão, trazendo consigo um traço ascético de dever, método e engajamento com a atividade laboral.

Essa breve trajetória das tradições racionalistas e empiristas permite situar o debate proposto neste artigo sobre o sentido e significado do trabalho. De fato, Smith (1997), em um artigo de revisão sobre o que ele denomina de o problema do sentido na psicologia, sinaliza para quatro grandes abordagens do sentido, sendo as duas primeiras representativas das tradições empiristas e racionalistas: 1) a abordagem da referência, que busca associar o sentido (o signo linguístico) a coisas identificáveis no mundo (os referentes dos signos); 2) a abordagem mentalista, que busca identificar o sentido com conteúdos mentais, representações, imagens, conceitos e proposições; 3) a abordagem contextualista, que busca superar a dicotomia subjetivo-objetivo, ao propor que o sentido deve ser encontrado nas relações entre os usuários da linguagem e seu contexto; e 4) a abordagem dissolucionalista, que propõe que o sentido é uma ficção discursiva, uma construção social que reifica determinadas formas de ver o mundo. Na primeira abordagem, o sentido é associado a algo que o corresponde; na segunda, o sentido é dado pelo sujeito cognoscente, ou seja, pela/na subjetividade; na terceira, ao uso prático; e, na quarta abordagem, sentido é associado ao poder.

### Significado e sentido

Em algumas perspectivas em psicologia, por exemplo, na sócio-histórica (Bock, Gonçalves & Furtado, 2009), há o entendimento de que sentidos e significados devem ser tratados como fazendo parte de uma mesma totalidade, na qual cada termo preserva sua singularidade e distinção, mas relaciona-se, dialeticamente, um com o outro. Assim, entende-se que o significado é a faceta manifesta (objetiva) de processos dinâmicos mais profundos, nos quais se encontram os mecanismos de produção de sentido, com sua articulação com processos psi-

cológicos fundamentais, incluindo os emocionais (Aguiar, 2006; Gonzalez-Reis, 2003).

Contudo, a questão do sentido e do significado não se esgota na abordagem sócio-histórica, sendo um dos temas mais problemáticos e intrincados da psicologia e filosofia ocidentais (Smith, 1997). Tal problemática tem origem na história das matrizes filosóficas, notadamente no empirismo e no racionalismo, como visto anteriormente, perspectivas estas que inspiraram correntes positivistas e fenomenológicas, reverberando no modo de a psicologia estudar o sentido (Namura, 2004).

Essencialmente, a discussão sobre sentidos e significados envolve considerações sobre as formas de mediação, pela linguagem, entre a mente ou a consciência, o sujeito, e a realidade – o mundo natural e o mundo socialmente construído e compartilhado (Mead, 1934). Envolve, também, discussões sobre sua origem, se no interior ou exterior ao sujeito ou, como defendem correntes filosóficas e psicológicas desenvolvidas no final do século dezanove, na relação dialética entre ambos.

Na perspectiva da semiologia, o termo significado é definido como uma forma de representação psíquica ou uma imagem associada a um significante (Barthes, 1988). Assim, o significado da palavra trabalho (significante) seria a imagem do trabalho e o conceito (definição) que se tem dele. É por meio do compartilhamento social entre a associação do trabalho (representação psíquica – imagem) com o trabalho (a palavra – o significante) que se tem uma compreensão do que significa o trabalho. Mas não se trata de um significado natural. Os linguistas admitem o caráter dinâmico da língua, sendo afetada diretamente pelo modo como os falantes se apropriam e fazem uso dela. Este é o caráter social e temporal do significado.

Na perspectiva do interacionismo simbólico, especialmente com o trabalho de Mead (1934), o significado é entendido como produto da interação dinâmica entre atores dentro de um determinado contexto social. Mead enfatiza o papel mediador da linguagem no desenvolvimento da consciência e no processo de construção de significados, incluindo o próprio trabalho. Adicionalmente, propõe uma forma de articulação entre o micro (o *self*) e o macro (o contexto), cujo centro é justamente uma

concepção de significado como construção psicossocial. Para Mead, o sujeito traz significados particulares a uma interação, ao mesmo tempo em que os transforma pelo contato com os significados ou sistemas de interpretação disponíveis na cultura e nos processos mais amplos de interação.

Mas é com o trabalho de Vigotski (1996/1927) que a articulação entre significado e sentido ganha um novo encaminhamento. De fato, já nos anos de 1930 Vigotski se deparava com o problema do significado em psicologia, quando então escreve sobre “a crise histórica da psicologia”, materializada na excessiva preocupação dos pesquisadores com o método experimental no trato de fenômenos psicológicos dotados de sentido/significado. Para ele, a orientação experimentalista, com sua ênfase nas unidades atomísticas e simples do comportamento, negava a possibilidade de um estudo psicológico que assumisse o sentido como uma categoria-chave na formação do pensamento e outros processos psicológicos superiores. Ao mesmo tempo, Vigotski denunciava a alternativa oposta, subjetivista, de considerar o sentido como emanado de estruturas cognitivas internas ao sujeito, subjacentes aos processos gestálticos de (a)percepção.

No caso específico do trabalho, a discussão sobre sentido ganha um destaque especial na tradição aberta por Vigotski. Em grande parte, isto se deve à obra de Leontiev (1978) e, depois dele, dos autores que compõem as teorias da atividade (Bendassolli, 2012), culminando, mais recentemente (no mundo francófono), na clínica da atividade (Clot, 1999, 2006). Nelas, o sentido é entendido como construído nos processos de mediação semiótica entre homem e natureza (atividade), dentro de um contexto sócio-cultural particular. Assim, o trabalho é entendido como uma atividade orientada, ao mesmo tempo para o sujeito, para os outros e para o objeto da atividade, resultando em uma transformação de si, dos outros e do mundo.

Passado quase um século desde o estudo de Vigotski (1996/1927), e pensando exclusivamente no subdomínio da psicologia organizacional e do trabalho devotado à investigação do significado do trabalho, parece que alguns problemas identificados pelo autor ainda persistem. Para os propósitos deste artigo, será analisado um problema em

particular. Trata-se de uma possível contradição, no interior dos estudos sobre sentidos e significados, entre conceptualização e operacionalização metodológica. Por exemplo, do lado dos estudos do significado de inspiração no movimento MOW (1987), diz-se, no plano conceitual, que tal constructo é dinâmico e processual. Ao mesmo tempo, no plano metodológico, os estudos são, em geral, conduzidos numa perspectiva quantitativa em que o significado é tomado como um dado da realidade social compartilhada, cuja (re)construção racional se faz mediante a composição indutiva de casos individuais – a própria equipe MOW coletou seus dados a partir da aplicação de mais de oito mil questionários. Em sendo assim, o significado é apreendido na sua estabilidade temporal provisória (estudos de corte transversal), sem que a dinâmica do processo seja capturada.

Em contraposição, na perspectiva do sentido do trabalho, talvez pela forte influência que diversas correntes qualitativas têm exercido na psicologia social brasileira e, por extensão, na psicologia social do trabalho, priorizam-se investigações da experiência subjetiva dos sujeitos com o trabalho, isto é, discute-se o sentido à luz da história de vida singular dos sujeitos. Por exemplo, mediante entrevistas narrativas, o sujeito é levado a rememorar incidentes ou aspectos críticos da construção de sua visão do trabalho, sem muitas vezes incorporar, tanto no modelo da pesquisa como nos procedimentos de interpretação, a relação com o contexto social, cultural no qual o sujeito se insere. Trata-se, em alguns casos, de uma reificação da narrativa pessoal descolando-a do contexto que dá significado ao sentido.

É fato que em alguns estudos empíricos se nota esforço na tentativa de caracterizar o contexto em que o sujeito se encontra imerso, mas muitas vezes isso é feito sem o devido cuidado de como articular níveis distintos de apreensão: o sentido pessoal e o significado social. Como resultado dessa reflexão, pode-se dizer que em diversos estudos sobre significado, o sentido não comparece; ao passo que, em estudos sobre o sentido, é o significado que se faz ausente ou descontextualizado.

Nas suas discussões sobre o pensamento e a linguagem, Vigotski (2001) traz aspectos importantes

para elucidar as relações entre sentido e significado. Para esse autor, ao invés de se adotar uma perspectiva metodológica que toma o objeto em suas partes (perspectiva atomista), tratando estas últimas como independentes, deve-se priorizar o método da análise da *unidade* do fenômeno. Essa unidade é concebida como uma parcela capaz de conter as propriedades do todo, ou seja, dos dois fenômenos psicológicos: pensamento e linguagem – os quais formariam uma mesma unidade com a função de comunicação.

Ora, para exercer a função de comunicação, é preciso que cada pessoa domine o significado das palavras, entendido como generalização do signo. Isso porque a palavra não se refere a um objeto isolado, mas a uma classe de objetos. Daí a palavra ter um caráter de generalização latente (Vigotski, 2001/1934). Se o significado é dado como uma imposição de fora para dentro, como algo que é objetivo, a construção do sentido parte da experiência sensorial subjetiva em relação ao objeto a que se refere a palavra, em uma tentativa de atingir uma racionalidade que seja comunicável aos demais e permita contribuir na reafirmação provisória ou no reposicionamento do conceito de significado. O compartilhamento da linguagem, por conseguinte, abre a possibilidade de se negociar a interpretação e reinterpretar dos significados (Oliveira, 1992). Tem-se, até aqui, a proposta de uma tríade para se compreender a relação significado/sentido. Na sequência, serão propostos elementos para se considerar uma tríade.

### Função psicológica do trabalho

A referida tríade se compõe com a proposta de inserção de um conceito adicional para se pensar as relações entre significados e sentidos. Trata-se do conceito de função psicológica do trabalho, inicialmente discutido por Meyerson, num texto originalmente publicado em 1955 (Meyerson, 1987). Mais recentemente, é desenvolvido por Clot (1999, 2008), no contexto da clínica da atividade, abordagem por ele proposta na França e com repercussão no Brasil (Silva, Barros & Louzada, 2010). Esse conceito, ao mesmo tempo em que se aproxima dos de sentido e significado, deles se distancia. De ime-

diato é importante destacar que função psicológica do trabalho, como apresentada por Meyerson e Clot, não deve ser confundida com o conceito de funções psicossociais do trabalho, descrito, por exemplo, no clássico estudo de Jahoda sobre as funções do emprego (Jahoda, 1982), ou então por autores como Blanch (2003) e Salanova, Gracia e Peiró (1996).

Apesar de haver similaridades, ambos partem de posicionamentos teóricos distintos. No caso de funções psicossociais, parte-se de uma crítica de que o trabalho, por ser uma atividade multideterminada, deve ser investigado na complexidade dos níveis individual, social (e societário), econômico, ergonômico e organizacional. No caso do estudo de Jahoda (1982), parte-se de uma série de atributos psicossociais associados ao trabalho, como o de permitir um senso de pertencimento, de organização do tempo, de identidade social, de sobrevivência, entre outros. No caso do conceito de função psicológica, como será descrito a seguir, parte-se de uma compreensão histórica acerca de como, de atividade marginal e exterior, o trabalho se torna central na constituição da pessoa, desempenhando uma função psicológica (de mediação) específica.

A condição primária para que o trabalho tenha adquirido esse tipo de função é, de acordo com Meyerson (1987), a possibilidade de separá-lo do sujeito – entendido na sua relação com um objeto exterior que o “assujeita”, no caso, o trabalho. O trabalho é entendido como objeto autônomo, com uma função delimitada. Essa situação do trabalho como objeto autônomo é recente na história. Por exemplo, na Antiguidade grega, o trabalho não se delimitava como conceito abstrato generalizado, autônomo, mas se distribuía ao longo de um registro semântico diversificado, entendido como *ponos* (penalidade, dor física, dor moral); *banausia* (tarefa mecânica, humanamente degradante); *ergón* (força, realização); e *sjolé* (atividade contemplativa, filosófica) (Blanch, 2003). Foi preciso algum tempo para que a palavra trabalho passasse a designar, ou a incorporar, uma série ampla de fazeres humanos, sendo este um primeiro requisito para a emergência de sua função psicológica.

Um segundo requisito foi que o próprio sujeito se diferenciasse do trabalho para que este assumisse uma função psicológica (Meyerson, 1987). Assim,



só quando o homem se distingue do trabalho é que ele adquire as condições e o distanciamento necessários para pensar-se no trabalho e para pensar o próprio trabalho, seu sentido e valor. Em parte, essa individualização do homem *vis-à-vis* o trabalho ocorreu graças ao desenvolvimento tecnológico, à medida que máquinas passaram a fazer o que antes só o homem fazia, em geral sob o peso de esforços e desgastes físicos radicais. A individualização também se sustentou graças ao surgimento, no decorrer dos séculos dezanove e vinte, da noção de pessoa (categoria antropológica). Neste ponto da história, cada sujeito (submisso e indiferenciado) passa a ser compreendido como a origem da ação, tomando consciência de seu papel de criador e de (re)produtor da cultura. O aparecimento e desenvolvimento da função psicológica do trabalho, portanto, dependeu de um movimento de autonomização, tanto do trabalho como do sujeito trabalhador.

Semelhantemente, para Clot (1999), a função psicológica do trabalho está associada a um processo de personalização que tem lugar, de modo paradoxal, à medida que a vida social se adensa e oferece ao sujeito esferas diferenciadas de existência, tais como a família, o lazer, a religião, a comunidade e o trabalho. Segundo Clot, nas sociedades modernas, cabe a este último fazer a articulação de todas as esferas do espaço de vida pessoal. Sua função psicológica, neste caso, é a de integrar as ações da pessoa. Assim, o trabalho possui uma centralidade ao mediar investimentos e relacionamentos mantidos com si mesmo e com o mundo. Meyerson (1987) observa que o sujeito “só se torna agente moral por meio dos atos regulados e ordenados pelo trabalho” (p. 262). Em outras palavras, no momento em que o homem poderia escolher o sentido de sua vida “no exterior do trabalho”, como diz Clot, ele escolhe desenvolver-se no e pelo trabalho. Como consequência, “quando ele [o sujeito] se sente feliz e livre em seu trabalho, ele tem o sentimento de existir, de ser mais ele mesmo” (Meyerson, 1987, p. 262).

Uma última reflexão da clínica da atividade pode ajudar a apresentar características da função psicológica do trabalho. Para Clot (1999, 2006), o trabalho consiste em uma atividade forçada, externa e impessoal. Trabalhar implica “sair de si”, um

esforço de objetivação de si. Mais especificamente, o trabalho se interpõe entre as “pré-ocupações” da pessoa e suas “ocupações”, respectivamente entre o registro do privado, com sua tendência à rememoração e ao fluxo da consciência interior, e as atividades dos outros, as demandas sociais, as quais são impostas ao trabalhador no desempenho de sua atividade. Ao colocar-se entre as pré-ocupações e as ocupações da pessoa, o trabalho se torna uma atividade de mediação, um “fusível” – para empregar outro termo usado por Clot (1999). Entre tarefa e atividade emerge a pessoa, que toma o prescrito (da tarefa) como um ponto de partida para seu processo de mobilização subjetiva, de engajamento com outras pessoas, com uma obra, com algo que é objetivamente exterior a cada um.

Após descrever alguns aspectos centrais da função psicológica do trabalho, torna-se necessário detalhar de que modo ela se articula com os dois outros conceitos anteriormente discutidos: significado e sentido. Nosso argumento é de que esses três conceitos constituem uma tríade, cuja análise será realizada a seguir.

### Das articulações entre os conceitos: a tríade conceitual

O ponto de partida desta seção serão as definições de cada um dos conceitos tratados neste artigo para, depois, serem propostas algumas articulações, configurando uma tríade. O quadro 1 a seguir permite a comparação dos três conceitos vistos até aqui.

Tabela 1  
*Diferenciações conceituais: significado, sentido e função psicológica do trabalho*

Conceito	Descrição
Significado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção histórica e social, estando ligada à cultura e constituindo o conteúdo dos processos de socialização;</li> <li>• Específico de uma determinada cultura (ou subcultura) e sociedade;</li> <li>• Conteúdos instituídos, socialmente compartilhados, apresentando-se no contexto da “postura natural” (Husserl, 1990/1907);</li> </ul>

Continúa

Conceito	Descrição
Significado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• São mais estáveis que os sentidos, embora também sujeitos à processualidade histórica.</li> <li>• Acontecimento semântico particular (“linguagem interior”), embora constituído nas relações sociais, permite a emergência dos processos de singularização (Vigotski, 2001/1934);</li> <li>• Refere-se à possibilidades ainda não realizadas, mas que mobilizam o sujeito.</li> </ul>
Sentido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estreitamente ligado aos processos afetivos;</li> <li>• Relacionado ao movimento de intencionalidade da consciência em seu processo de significação (apreensão e apercepção) do mundo (e direcionamento para o sujeito);</li> <li>• É menos estável quando comparado ao significado.</li> </ul>
Função psicológica do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recurso para o desenvolvimento da pessoa, na medida em que o trabalho se interpõe entre as pré-ocupações e ocupações do sujeito, fazendo-o “sair de si”;</li> <li>• Função de “trabalho sobre si” (personalização), trabalho com os outros e sobre as coisas (objetos da atividade), em situação de mediação semiótica e simbólica;</li> <li>• Associada ao trabalho como atividade simultânea de: conservação, transmissão, invenção e renovação de obras, gêneros, regras, cultura, estilos de ser (subjetividade);</li> <li>• Permite ao sujeito o estabelecimento de engajamentos, de ligações: com os outros, com a realidade, com seus próprios projetos, com outras atividades que fazem parte de seu espaço vital.</li> </ul>

Conforme o conteúdo apresentado no quadro 1, significado é uma objetivação de uma interpretação sobre um dado objeto; sentido, um processo de construção subjetiva singular dentro do universo compartilhado (significados); e função psicológica do trabalho, o processo de constituição do sujeito (da pessoa) no interjogo entre significados e sentidos mediados pelo trabalho. Mas como estes três conceitos estão articulados *entre si*?

Tais articulações serão feitas a partir da consideração de dois conceitos: o de unidade e o de função. No entendimento dos autores deste artigo, o conceito de *unidade* em Vigotski pode ser entendido como uma analogia ao conceito de *fractal*, criado, em 1975, pelo matemático Mandelbrot, que o define como um objeto que não perde a sua definição à medida que é ampliado, em decorrência de duas de suas características: autossimilaridade (simetria de escalas) e complexidade infinita (recursividade). A título de exemplificação, as folhas de um pinheiro reproduzem o formato da árvore que lhe dá nome (autossimilaridade), e o pinheiro pode ser visto como inúmeros micropinheiros representados por suas folhas (recursividade).

Por analogia, o que acontece no nível do indivíduo, como produtor de sentido do seu fazer no trabalho, inclui aspectos da sociedade mais ampla na qual ele se insere, com os significados do trabalho compartilhados pelo grupo ocupacional ou profissional, assim também no nível da sociedade, que confere significado social e cultural ao trabalho, há aspectos dos indivíduos que a compõem (sentidos particulares). Assim, a apreensão do sentido do trabalho no nível do sujeito revela os aspectos “micro” do nível de significado de pertencimento grupal e do nível sociocultural mais amplo. Em contrapartida, o significado no nível social e cultural permite inferir aspectos no nível individual.

Mas, afinal, de qual unidade se está falando quando o foco é no sentido e significado do trabalho? Uma unidade que, pela autossimilaridade e recursividade exemplificadas no parágrafo anterior, pode ser obtida via função psicológica, similarmen-te ao que faz a função comunicativa da linguagem na perspectiva de Vigotski (1934/2001).

O termo *função* foi usado pela primeira vez por Leibniz, em 1673, para se referir a uma relação de dependência na matemática. Dois séculos depois, o conceito se ampliou para os modelos matemáticos capazes de explicar a relação de dependência entre variáveis. Analogamente, a linguagem possui uma função comunicativa que revela a sua dependência com o pensamento. De um lado, o pensamento reflete, como generalização, uma dada realidade na consciência da pessoa, uma qualidade diversa das sensações imediatas da pessoa que sente. De

outro, o sentido consiste de uma singularização do significado, uma vivência que inscreve este último numa biografia própria. Significado e sentido integram uma unidade para fazer cumprir a função comunicativa da linguagem.

Em termos mais amplos, o aspecto comunicativo da linguagem depende do entendimento da função do *signo* – o qual une significante/significado, ou seja, une a palavra ao conceito ou imagem a que ela se refere. Mas a comunicação seria incompleta se não houvesse um tipo de signo que permitisse ousar quebrar a relação arbitrária entre significante e significado e criar novas relações abstratas, ou seja, simbólicas, alcançando novos níveis de interpretação. Por exemplo, o trabalho não tem qualquer relação necessária com “castigo”; porém, em nossa cultura ocidental, o trabalho muitas vezes representa castigo. O símbolo precisa, portanto, ser interpretado, e há tanto o caminho do significado, recorrendo às relações entre sinais previamente instituídas numa determinada cultura, como o do sentido – criação de novas relações entre sinais, isto é, novas relações e significados simbólicos – como acontece, por exemplo, nas artes.

Assim, as relações entre sentido e significado do trabalho permitem apreender o universo simbólico que marca as relações do homem com esse fazer ou atividade. A palavra trabalho (significante) se articula a um significado (imagem ou conceito compartilhado socialmente), envolto a uma simbologia (que une significados, significantes e sentidos) em níveis mais abstratos e ambíguos de interpretação. Veja-se o uso da metonímia “Venceu graças ao suor (= trabalho, esforço) do seu rosto”: ela torna acessível o significado socialmente compartilhado do trabalho. Outro exemplo é apresentado na figura 1. Ao utilizar signos compartilhados, o autor comunica aos demais seu modo próprio de interpretar o trabalho.



Figura 1. Metáfora do trabalho

Fonte: Barbosa (2004, p.36). Reproduzido com autorização do autor.

Como consequência do exposto, tem-se que, para construir o sentido pessoal, é necessário se apropriar do significado generalizado e, posteriormente, fazê-lo comunicar, sob a forma de palavras e sinais compartilhados (como imagens), os novos arranjos significativos. Se o sentido não for comunicado pelo generalizável, o outro não é capaz de capturar esse sentido, limitando-se a um *non sense*. Isso justifica dizer que significado e sentido compõem uma unidade fractal e representativa de uma unidade, pois representam, em menor escala, a dialética que marca as relações entre o particular e o geral, entre indivíduo e sociedade – segundo o princípio da autossimilaridade e da recursividade, discutido anteriormente. Sentido e significado do trabalho representam a unidade que integra o trabalho como algo imposto socialmente e a ação intencional de se constituir como pessoa. Portanto, a função psicológica do trabalho é servir de mediação no processo de objetivação do sujeito e subjetivação do mundo, processo representado pela figura 2.

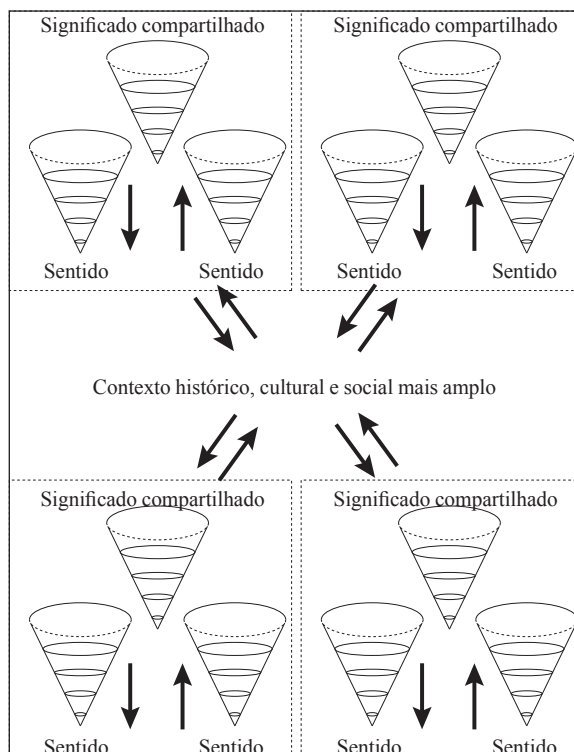


Figura 2. Significado e sentido do trabalho e sua relação com o contexto histórico-cultural e social mais amplo

Na figura 2, cada sujeito é representado por um cone que “se abre” para o mundo a partir de um posicionamento ativo que implica interferir em um contexto de significação compartilhado, que, por sua vez, está em um contexto histórico, cultural e social mais amplo. Junto a cada cone, a seta que aponta para cima representa a força do sentido; e a seta de cima para baixo, a força do significado. No processo de subjetivação e objetivação implicado por esses vetores (setas), o significado necessita ser apropriado pelo sujeito para que o sentido possa ser comunicável e venha a interferir no nível do compartilhamento estável, isto é, no nível do próprio significado. E onde posicionar a função psicológica?

A função psicológica pode ser entendida como a relação de dependência entre sentido e significado na constituição da pessoa em sua interação com o sócio-histórico, no interjogo de sujeição e personalização, na dialética entre a subordinação a regras e normas de simbolização instituídas, de um lado, e a construção da autonomia pessoal, de outro. Na esfera mais ampla, essa relação de dependência se expressa na reconstituição processual do próprio social. O trabalho seria a atividade mediadora para se levar adiante a tarefa de constituição da pessoa. A função psicológica do trabalho, portanto, consiste em fazer valer a articulação entre sentido e significado pela *mediação* da atividade. Assim, é por meio do fazer (atividade) no trabalho que se pode pensar sobre o trabalho e falar sobre ele, dando-lhe um lugar na construção da pessoa como ser moral e social.

Até este ponto, discutiram-se as possibilidades teóricas relacionadas à tríade formada pela articulação entre significado, sentido e função psicológica do trabalho. Na próxima seção, discutem-se alguns desafios metodológicos a serem superados na pesquisa empírica, tendo como base essa tríade. Como observado na introdução, trata-se do quarto e último argumento do presente artigo, e não tem, como pretensão, propor um “modelo de investigação”, mas sim de instigar a crítica sobre as possibilidades de pesquisa nesse subdomínio da psicologia organizacional e do trabalho.

## Desafios metodológicos a serem superados

Um dos maiores desafios com que se defrontam pesquisadores nos mais variados campos do saber é alinhar teoria e estratégias de coleta, tratamento e análise de dados (Klein, Dansereau & Hall, 1994; Rousseau, 1985). Quando não há alinhamento entre os níveis teórico e o metodológico, o pesquisador corre riscos em relação à validade da interpretação e das conclusões que podem ser extraídas.

O nível da teoria diz respeito à suposição que se tem de como o objeto é apreendido – se na homogeneidade, independência ou na heterogeneidade. No primeiro caso, o fenômeno é compreendido pela similaridade entre membros do grupo (homogeneidade); no segundo, pelas diferenças entre os indivíduos a despeito do grupo a que pertencem (independência); e no terceiro e último caso, pela variabilidade de subgrupos de indivíduos dentro do grupo, considerando o contexto e a situação (heterogeneidade).

Transpondo essa discussão para a articulação da tríade teórica proposta neste artigo, o significado do trabalho pode ser concebido no nível do compartilhamento do grupo, supondo homogeneidade e concordância; o sentido do trabalho pode ser apreendido no nível das diferenças individuais, supondo independência, apropriação singular do significado; e a função psicológica do trabalho pode ser apreendida na articulação entre sentido e significado, sendo mediada pela atividade e pela consciência dos indivíduos – supondo heterogeneidade nesta atividade, ou seja, assumindo uma variabilidade entre indivíduos de um mesmo grupo conforme variem os contextos e as formas com que as consciências individuais articulam significado e sentido.

Como resultado, o primeiro desafio consiste na articulação entre níveis de análise no estudo da função psicológica do trabalho (heterogeneidade), visando apreender tanto o significado (homogêneo) como o sentido (independente). Como já discutido, de um lado, a função psicológica (do trabalho) opera na interface com os significados socialmente compartilhados e provisoriamente estabilizados.

De outro, opera na interface da pessoa e seus processos de apropriação e reconstrução desses mesmos significados pela via do sentido. Há, portanto, três níveis de apreensão do objeto ao se unir sentido, significado e função psicológica do trabalho, e o desafio é integrá-los, o que repercute na escolha dos métodos de coleta, tratamento e análise de dados. A figura 3 ilustra essa tríade conceitual e tal desafio.

No nível metodológico, em que estão em jogo as medidas (estratégias de coleta de dados) e as análises, ambas devendo estar alinhadas ao nível da teoria, outros desafios se apresentam. Seguindo a linha de raciocínio sobre o nível da teoria, se o significado supõe uma homogeneidade do grupo, pois o conceito é demarcado por um nível de generalização ou compartilhamento de signos, a medida deve levar isto em conta. A profissão ou ocupação, o cargo e o *status* ocupacional (empregado, desempregado, aposentado) asseguram a homogeneidade, pois supõem haver algum nível de compartilhamento. Se o sentido supõe independência, a medida necessita envolver o indivíduo na sua especificidade. A história pessoal e características biográficas, por exemplo, asseguram a apreensão de tais diferenças. Se a função psicológica supõe uma articulação entre sentido (independência) e significado (homogeneidade), assegurando variabilidade de subgrupos dentro do grupo (heterogeneidade), a medida necessita envolver o processo de como

se produzem sentidos e significados a partir da resignificação da atividade realizada em contextos específicos, em subgrupos específicos (por exemplo, ocupacionais).

O segundo desafio estaria relacionado à seleção dos métodos mais adequados a cada nível da teoria. Abordagens metodológicas que almejam abarcar mais amplamente o fenômeno do sentido/significado via função psicológica do trabalho teriam mais sucesso se fizessem uso de multimétodos, refletindo os vários níveis da teoria. Assim, métodos qualitativos podem permitir melhor aproximação ao sujeito e à construção do sentido do trabalho, fazendo-o de dois modos principais: pelo próprio fazer, observação do pesquisador e auto-observação do sujeito; pelo refletir (pensamento) e pelo dizer sobre o fazer, por meio de entrevista narrativa ou diários.

Já os métodos quantitativos de corte transversal podem ajudar o pesquisador a captar os significados do trabalho compartilhados no nível dos grupos – cognições e representações sociais. E os estudos longitudinais ajudam a captar as mudanças desses significados ao longo do tempo, trazendo informações sobre como determinados grupos e ocupações constroem sua visão comum sobre o trabalho e também sobre como se dão os processos de influência pelos sentidos. Medidas repetidas no nível do grupo e do indivíduo permitem, em corte transversal, capturar o produto de mudanças. Me-



Figura 3. Tríade conceitual composta por significado, sentido e função psicológica do trabalho e seus níveis e métodos de acesso

didadas de acompanhamento, tais como observação por meio de gravações em vídeo e registros em papel, e também entrevistas, permitem capturar o contexto das mudanças.

Por que há limites nos métodos usados de modo isolado? Métodos do tipo *survey* operam sobre o pressuposto de que a realidade a ser apreendida é estável, compartilhada e “distribuída” entre os sujeitos. Quando o estudo é operacionalizado na forma de variáveis, estas são utilizadas como *proxies* dos fenômenos psicológicos investigados, e sua distribuição é testada na população, ou então inferida de pequenas amostras para a população. Também é possível estudar relações entre variáveis (funções). Por exemplo, pesquisadores do MOW (1987) sugerem que variáveis relacionadas à situação pessoal e familiar podem ser um dos preditores dos padrões de significados do trabalho por eles identificados. Na literatura desse subdomínio, podem ser encontrados outros estudos que associam, seja no formato correlacional ou mesmo causal, significado do trabalho e constructos psicológicos diversos – por exemplo, desempenho, motivação, comprometimento (para uma síntese, consultar Roberson, 1990).

Esses estudos, no entanto, ignoram que o sentido não possui a mesma estabilidade e “distribuição” que os significados do trabalho. Embora a construção do sentido, como discutido neste artigo, dependa do generalizado (significados), em última instância não há “algo” sobre o qual o sentido se manifeste de forma definitiva. Em outras palavras: sentido é processo. Em contrapartida, um ponto problemático dos métodos qualitativos (especialmente se usados isoladamente) emerge quando estes tomam o “vivido” como o ponto de partida e chegada da investigação. O vivido, nesta perspectiva, conteria o sentido (o fenômeno se identificaria com o ser na consciência). Porém, o vivido é uma forma dentre outras possíveis de interpretar e se apropriar da própria experiência com o trabalho. O próprio vivido é um processo. Daí que Vigotski tenha proposto a necessidade de um método que priorizasse a história do desenvolvimento do sujeito, a *dinâmica* desse processo. Em termos mais amplos, esta concepção se ampara numa concepção do signo como algo plural, flexível, reversível, sen-

do sua estabilização um modo (e apenas um modo) possível de acontecimento (Smolka, 2004).

Estudar o sentido do trabalho, além de atuar na interface entre a parte e o todo, o micro e o macro, em suma, no embate e na dialética sentido-significado, requer também a utilização de métodos que superem os limites do auto-relato, das descrições em primeira pessoa, para os quais, em geral, a vivência é tomada como “dado” a ser interpretado retrospectivamente. Se o sentido está ligado à intencionalidade e à dinâmica afetiva, cabe ao pesquisador auxiliar o sujeito na reconstrução do sentido pessoal, sua (re)elaboração. Como princípio, o próprio sujeito não tem acesso imediato aos sentidos que produz em sua relação com o trabalho. Ele próprio tem necessidade de mediação.

O terceiro desafio, portanto, é fazer dialogar na análise e interpretação as abordagens de níveis distintos: independência (diferenças individuais), a homogeneidade (o comum ao grupo) e a heterogeneidade – nem indivíduo, nem grupo, mas subgrupos dentro do grupo, mediados pela atividade e o contexto: o sentido, o significado e a função psicológica, respectivamente. O sentido requer uma teoria de como cada consciência individual se constitui; o significado demanda uma teoria de como o conhecimento é compartilhado; a articulação entre sentido/significado requer informações sobre o contexto da atividade (social e cultural). As informações sobre o contexto permitem ao pesquisador situar a dinâmica entre significado e o sentido, colocando-a em perspectiva histórica. Em suma, teorias que se situam nos níveis micro (indivíduo), meso (grupo) e macro (sócio-cultural).

### Considerações finais

O sentido e o significado do trabalho podem ser mais bem compreendidos ao se levar em conta o caráter mediador do trabalho (como atividade), atendendo a uma função psicológica de situar a pessoa no mundo. Ao se conceber as relações entre esses conceitos dessa maneira, a compreensão articulada de sentido e significado do trabalho é um projeto a ser construído.

Seria muita pretensão dos autores acreditar que a função psicológica do trabalho é a única forma de

apreensão da complexidade que cerca as relações entre sentidos e significados. As articulações aqui propostas são apenas um exercício reflexivo sobre as possibilidades de se estabelecer relações entre três conceitos, sugerindo que sejam tratados como uma tríade de componentes inseparáveis. As que se estabelecem entre sentido e significado ocuparam o centro da abordagem de diversos autores, dentre eles Vigotski, e não constituem propriamente uma novidade (Barros, Paula, Pascual & Ximenes, 2009). O novo é pensar esses dois conceitos à luz da função psicológica do trabalho, com o intuito de contribuir para a produção do conhecimento sobre significado e sentido do trabalho. A semente está plantada, mas ainda necessita muita água e adubo para florescer.

Para encerrar, cumpre apresentar algumas restrições das análises aqui propostas. Em primeiro lugar, como dito na introdução, trata-se de um estudo teórico, cujo método consistiu em propor uma tese central e defendê-la a partir de quatro argumentos concatenados. A discussão do trabalho propriamente dito, embora importante, não se esgota nos tópicos aqui apresentados, uma vez que a opção foi pela discussão de um *frame* teórico-metodológico para tratar especificamente de aspectos relacionados à produção de sentidos e significados simbólicos em torno do trabalho. Por si só, a discussão do trabalho extrapolaria os limites deste artigo. Como resultado, suas principais contribuições vão na direção de pesquisas realizadas no subdomínio da psicologia organizacional e do trabalho que utilizam, de um modo ou outro, os componentes da tríade conceitual aqui adotada como objeto de análise.

Em segundo lugar, adotar a perspectiva sugerida neste artigo, referente à tríade conceitual, exigiria a superação de alguns *frames* conceituais já consolidados, os quais posicionam os pesquisadores mais para um lado (por exemplo, do sentido) do que para outro (por exemplo, do significado). A inserção da função psicológica como elemento de articulação implicaria, portanto, aceitação e flexibilidade, algo nem sempre fácil de se obter na prática. E, pela própria dinâmica do processo de construção de sentidos e significados, pesquisadores que desejarem apostar na direção aqui teoricamente aventada terão de considerar a utilização de estudos mistos, e, so-

bretudo, longitudinais. Nem sempre estas opções estão disponíveis, quer pelas posições epistemológicas consolidadas, quer por razões atinentes a recursos materiais.

Mas, apesar dessas limitações, a tríade formada por sentido, significado e função psicológica do trabalho pode ser analogicamente comparada a um tipo ideal (ou puro, tal como definido por Weber, 2006/1904), operando como um recurso analítico para a compreensão da mediação exercida pela função psicológica (pela atividade) na construção e apropriação de sentidos e significados do trabalho. Talvez esse enquadre ajude a avançar na compreensão dos processos sociais mais amplos (universais e mais estáveis) da construção histórica da relação do homem com o trabalho, que permite dotar de sentido comparativo as diferenças temporal e culturalmente situadas (o trabalho concreto).

## Referências

- Aguiar, W. M. J. (2007). A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: Contribuições para o debate metodológico. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (3a ed.), (pp. 129-140). São Paulo: Cortez.
- Alvaro, J. L., Bergere, J., Crespo, E. Torregrosa, J. R. & Garrido, A. (1995). The meaning of work in Spain. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 15(6), 59-67.
- Barbosa, G. (2004). *Para ler quando o chefe não estiver olhando*. São Paulo: Editora Devir
- Barros, J. P. P., Paula, L. R. C., Pascual, V. F. R. & Ximenes, V. M. (2009). O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 174-181.
- Barthes, R. (1988). *Elementos de Semiologia* (I. Blikstein, Trad.), (9ª ed.), São Paulo: Cultrix (Original publicado em 1964).
- Bastos, A. V. B., Pinho, A. P. & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores de organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(6), 20-29.

- Bendassolli, P. F. (2012). Psicologia do trabalho como psicologia da ação: O aporte das teorias da atividade. *Psico*, 43(3), 341-349.
- Blanch, J. M. (2003). Trabajar en la modernidad industrial. In J. M. Blanch (Org.), *Teoría de las relaciones laborales. Fundamentos* (pp. 13-148). Barcelona: UOC.
- Bock, A. M., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (2009). *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Borges, L. O. (1997). Os atributos e a medida do significado do trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 13(2), 211-221.
- Clot, Y. (1999). *La fonction psychologique du travail*. Paris: PUF.
- Clot, Y. (2008). *Travail et pouvoir d'agir*. Paris: PUF.
- Dilthey, W. (2002). *Psicologia e compreensão: ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica*. Lisboa: Edições 70 (Original publicado em 1894).
- Ferrater-Mora, J. (1971). *Diccionario de filosofía*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Heidegger, M. (1997). *Ser e Tempo*. (M. S. C. Schuback e E. C. Leão, Trans.). Parte I, (6ª ed.), Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1927).
- Husserl, E. (1990). *A Ideia da fenomenologia* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1907).
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment: A social-psychological analysis*. Cambridge, MA: University of Cambridge Press.
- Kant, I. (1994). *Crítica da razão pura*. (M. Pinto dos Santos e A. F. Mourão, Trans.). (3ª ed.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1781).
- Klein, K. J., Dansereau, F. & Hall, R. J. (1994). Levels issues in theory development, data collection, and analysis. *Academy of Management Review*, 19(2), 195-229.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias del Hombre.
- Marx, K. & Engels, F. (1965). *The German ideology*. Londres: Lawrence and Wishart (Originalmente publicado em 1932).
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society*. Chicago: Chicago University Press.
- Meyerson, I. (1987). Le travail, fonction psychologique. In I. Meyerson. *Écrits 1920-1983: Pour une psychologie historique* (pp. 252-263). Paris: PUF.
- Morin, E., Tonelli, M. J. & Pliopas, A. L. V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19 (No. spe. 1), 47-56.
- MOW. (1987). *The meaning of working*. San Diego: Academic Press.
- Namura, M. R. (2004). Por que Vygotski se centra no sentido: uma breve incursão pela história do sentido na psicologia. *Psicologia Educacional*, 19, 91-117.
- Oliveira, M. K. (1992). O problema da afetividade em Vygotsky. Em Y. de La Taille, M. K. de Oliveira & H. Dantas (Orgs). *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* (pp. 75-84). São Paulo: Summus.
- Roberson, L. (1990). Functions of work meanings in organizations: Work meaning and work motivation. In A. P. Brief & W. R. Nord (Eds.), *Meanings of occupational work* (pp. 107-134). Massachusetts: Lexington Books.
- Rosso, B., Dekas, K. & Wrzesniewski, A. (2010). On the meaning of work: a theoretical integration and review. *Research in Organizational Behavior*, 30, 91-127.
- Rousseau, D. (1985). Issue of level in organizational research: Multilevel and cross-level perspectives. In I. L. Cummings & B. M. Staw (Eds.), *Research in organizational behavior* (pp.1-37). Greenwich, CT: JAI Press.
- Salanova, M., Gracia, F. J. & Peiró, J. M. (1996). Significado del trabajo y valores laborales. In J. M. Peiró & F. Prieto (Eds.), *Tratado de psicología del trabajo* (Vol. 2, Aspectos psicosociales del trabajo), (pp. 35-63). Madrid: Síntesis.
- Schlick, Moritz (1979). *Philosophical papers*. Dordrecht: Reidel.
- Schutz, A. (1974). *Collected Papers I. The Problem of Social Reality*. New York: Springer.
- Silva, C. O., Barros, E. B. de & Louzada, A. P. F. (2010). Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 188-207). São Paulo: Atlas.
- Smith, L. S. (1997). Historical and philosophical foundations of the problem of meaning. In C. Mandell & A. McCabe (Eds.), *The problem of meaning: Behavioral and cognitive perspectives* (pp. 15-79). New York: Elsevier.



- Smolka, A. L. B. (2004). Sobre significação e sentido: Uma contribuição à proposta de redes de significação. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amarin & A. P. S. Silva (Orgs.), *Redes de significações: alguns conceitos básicos* (pp.35-49). Porto Alegre: Artmed.
- Soares, C. R. V. (1992). *O significado do trabalho: um estudo comparativo de categorias ocupacionais*. (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília).
- Tolfo, S. da R. & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19 (No. spe. 1), 38-46.
- Tolfo, S. da R., Coutinho, M. C., Baasch, D. & Cugnier, J. S. (2011). Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teórico-epistemológicas en Psicología. *Universitas Psychologica*, 10(1), 175-188.
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D. & Cugnier, J. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho. In *Anais do Fórum CRITEOS* [CD-ROM]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927).
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do Pensamento e da Linguagem* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934).
- Weber, M. (2000). *Conceitos sociológicos fundamentais* (A. Morão, Trad.). Covilhã: Universidade da Beira Interior. (Original publicado entre 1910 e 1921).
- Weber, M. (2006). *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (G. Cohn, Trad.). São Paulo: Ática (Original publicado em 1904).

**Fecha de recepción: 11 de septiembre de 2012**  
**Fecha de aceptación: 26 de abril de 2013**

